

ÍNDICE DE GOVERNABILIDADE

JULHO 2023

I-GOV – Primeiro resultado de Lula é semelhante ao antecessor

Gráfico 1 - Índice de Governabilidade - 2003 a 2023



Fonte: organização metodológica 4i

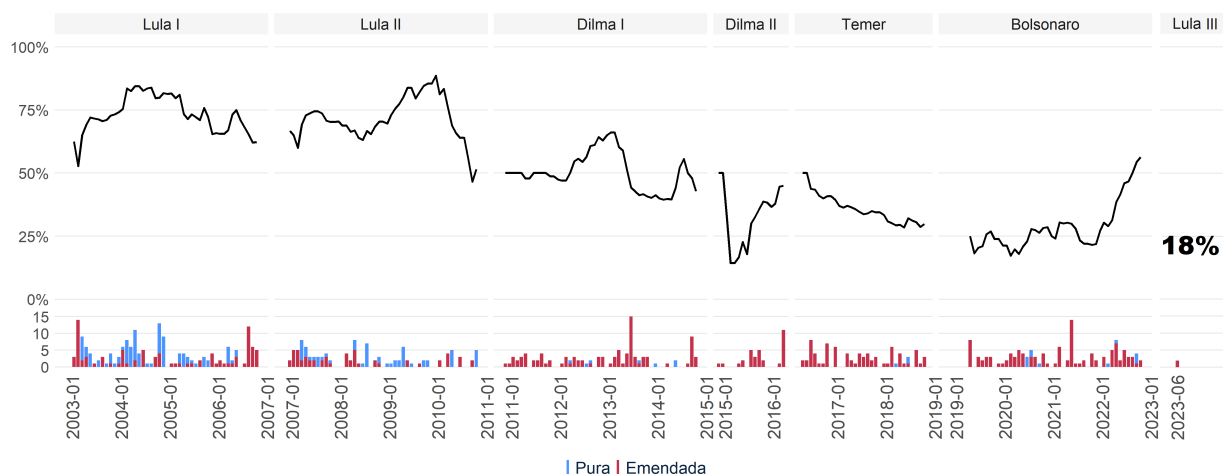
As definições do Congresso Nacional sobre as primeiras Medidas Provisórias do atual presidente no início de junho permitiram a aferição do primeiro I-GOV da série do atual governo. Lula obteve 48% de Governabilidade, mesmo número de Bolsonaro em junho de 2019. O cenário político no país ainda se mostra desafiador para o Poder Executivo, sendo que o mandatário do PT registra seu pior desempenho junto ao Legislativo, com 18%. Das onze primeiras MPs enviadas ao parlamento, sete perderam validade e quatro foram aprovadas com emendas.

Já no Judiciário, o STF ainda está julgando ADIs que impactam o Poder Executivo propostas no governo anterior, sendo importante destacar que Lula registra, desde março, médias na faixa dos 70%, algo semelhante ao que Bolsonaro obteve no início de seu governo. Relevante destacar aqui que, o STF tomou decisões regimentais que buscam tornar a justiça mais célere e menos concentrada no protagonismo individual de seus membros desde o final de 2022.

Por fim, no que diz respeito à avaliação de governo, as dezesseis pesquisas divulgadas até junho e transformadas em médias mensais dos resultados dos estudos de cada período mostram que Lula tem avaliação estável em seis meses, a despeito do aspecto desafiador de o país ainda conviver com a ideia de que está cindido com base na lógica eleitoral. Pesa positivamente para o atual presidente o fato de ele ter obtido médias mensais acima de 50% entre janeiro e junho, enquanto Bolsonaro começou com 58% em janeiro de 2019, mas em junho daquele ano já registrava 47%.

Legislativo – Governo aprova, com extrema dificuldade, suas primeiras MPs

Gráfico 2 - Índice Legislativo com as Medidas Provisórias aprovadas, emendadas e rejeitadas - 2003 a 2022

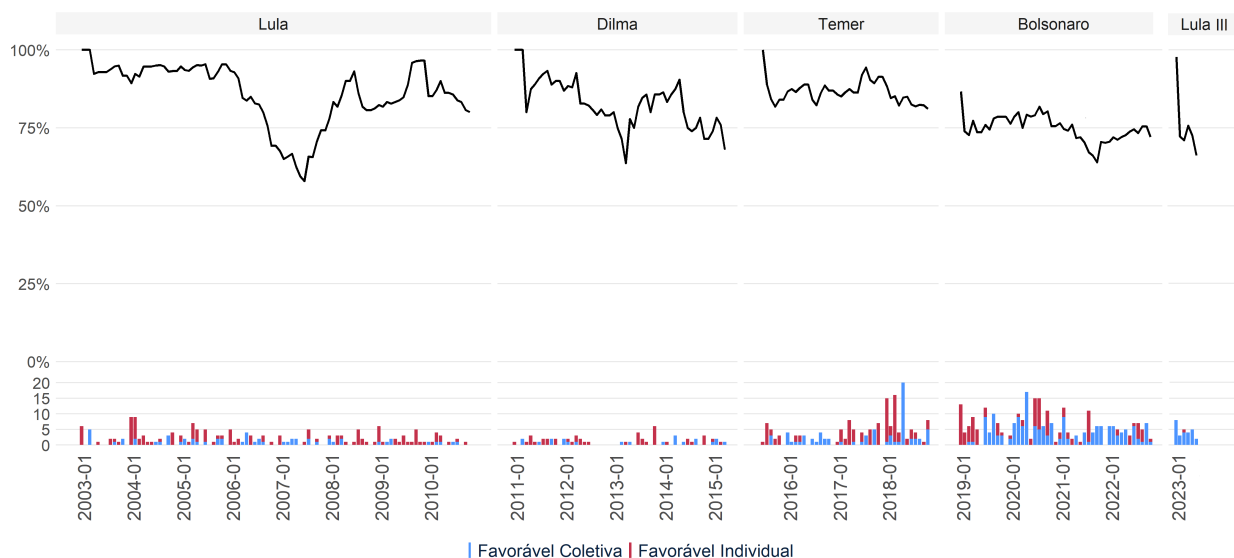


Fonte: Congresso Nacional, organização metodológica 4i

Após um longo período de espera, o prazo de análise de 120 dias das primeiras Medidas Provisórias (MPs) editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda no início do seu terceiro mandato, chegou ao fim. Só no mês de junho, o Congresso Nacional analisou 11 delas e o índice de governabilidade na dimensão do Legislativo - que considera a média com pesos diferentes para as MPs aprovadas sem modificação e com modificação - chegou a marca dos 18%. Das 11 matérias analisadas, sete perderam a eficácia e quatro foram aprovadas com modificações. Se comparado ao primeiro e ao segundo mandato de Lula, o presidente atingiu sua pior marca. Em junho de 2004 o índice alcançou 69% e em junho de 2007, chegou a 73%. Quando comparado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Lula III também apresenta pior desempenho, dado que seu antecessor obteve 39%. Em boa medida, o resultado da dimensão do Legislativo pode ser atribuído a dois fatores: o primeiro é a falta de acordo entre a Câmara e o Senado para definirem o rito da tramitação das Medidas Provisórias e o segundo fator pode ser atribuído à dificuldade que Lula vem enfrentando na sua articulação política com o Congresso. Em seis meses de governo, o atual presidente ainda não formou uma base sólida e estável de apoio junto ao parlamento. As negociações ainda dependem da liberação de recursos.

Judiciário – resultado semelhante ao antecessor e forte impacto das ações propostas no governo anterior

Gráfico 3 - Índice de revisão judicial - A agenda do Executivo e as ações diretas de inconstitucionalidade julgadas entre 2003 e 2023



Fonte: Supremo Tribunal Federal, organização metodológica 4i

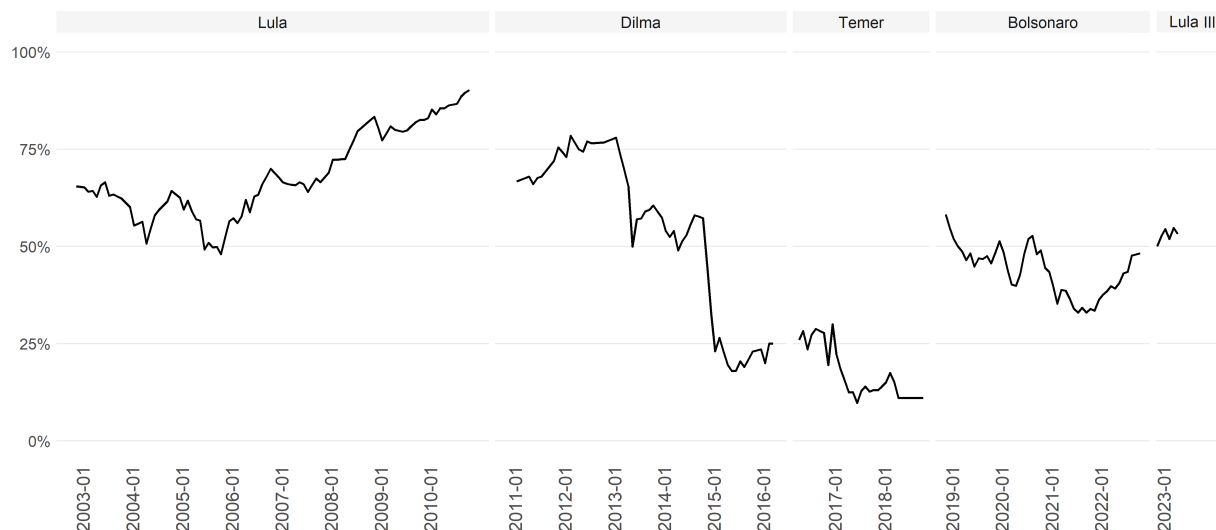
No primeiro semestre de 2023, Lula enfrenta os freios e contrapesos exercidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de julgamentos (individuais e/ou coletivos) em ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que envolvem o Poder Executivo. O exercício da revisão judicial voltou em fevereiro com o fim do recesso. Desde então, descontadas as oito decisões coletivas favoráveis ao Planalto em fevereiro, os índices de Lula têm se situado, mensalmente, na faixa entre 70% e 80% de sucesso em definições individuais e coletivas dos ministros. Tais resultados aproximam Lula dos número iniciais de Bolsonaro em 2019, e o afastam dos índices superiores a 90% de Dilma, de FHC e do próprio Lula em seus seis primeiros meses de primeiro mandato.

Importante ressaltar também que até junho, o governo ainda sofreu intensamente as consequências do julgamento de ADIs propostas no mandato anterior (Bolsonaro). Ademais, destacam-se os esforços do Judiciário na redução do acervo de processos antigos sem decisão - 342 na abertura do governo Bolsonaro e apenas 25 em janeiro de 2023, caindo para 22 em junho. Tal característica é marcada por ampla utilização do plenário virtual. Ademais, pedidos de vistas, que antes conferiam poder a qualquer dos ministros retardar uma decisão por tempo indeterminado, hoje têm sua devolução ocorrida em prazo razoável, quando não são simplesmente substituídos pela lógica simples dos "destaques" no plenário virtual.

Relevante destacar que para os poderes Legislativo e Judiciário, o I-GOV é obtido a partir de um cálculo do comportamento das decisões que envolvem o Executivo como resultado de médias dos doze meses mais recentes, e tendo em vista que Lula ainda não completou seu primeiro ano no poder, o indicador se torna menos estável.

Opinião Pública – primeiras pesquisas trazem cenário polarizado e estável

Gráfico 4 - Índice de Popularidade - série mensal de avaliação dos presidentes - 2003 a 2023



Fonte: Institutos de pesquisa diversos, organização metodológica 4i

Entre janeiro e junho de 2023, o governo Lula foi avaliado de acordo com dezesseis pesquisas de sete diferentes institutos, espalhadas por todos os meses do período - dois estudos a mais do que Bolsonaro até o final do primeiro semestre de 2019. Utilizando a fórmula de cálculo da dimensão de Opinião Pública, que considera apenas a média de pesquisas do mês corrente, Lula registrou 50% em janeiro, e oscilou para 53% em fevereiro, 55% em março, 52% em abril, voltou a 55% em maio e a 53% em junho. O presidente não atingiu o pico de Bolsonaro, registrado em janeiro de 2019 com 58%, mas seu antecessor nunca ficou seis meses com 50% ou mais ao longo de quatro anos, o que o petista já conseguiu. Isso significa que, enquanto o atual mandatário parece ter uma avaliação mais estável, Bolsonaro já terminaria seu primeiro semestre no poder com menos de 50% de apoio. Assim, se por um lado o petista não repete o sucesso inicial de seus dois primeiros mandatos, quando registrou médias superiores a 60% nos seis meses iniciais de trabalho, por outro fica estacionado em algo que pode representar sinal de equilíbrio. Para além do histórico de avaliações, o que os resultados atuais sugerem é a manutenção da polarização política que caracterizou, principalmente, o período eleitoral de 2022 e o governo Bolsonaro como um todo, mas sem o desgaste e as oscilações que marcaram o ex-presidente.

Mais informações

Você pode encontrar a explicação sobre a estrutura do indicador, bem como a análise da série histórica de 20 anos do I-GOV – de 2003 a 2022, clicando aqui.

Este relatório é de responsabilidade da 4intelligence e sua divulgação passa a ser mensal a partir de junho de 2023.

O I-GOV é uma construção da equipe de cientistas políticos e economistas da 4i. Para maiores informações, entre em contato pelo email contato@4intelligence.ai